

Balanco Patrimonial em 30 de Junho - (Em milhares de reais)

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante	695.779	549.925	Circulante	329.131	248.382
Disponibilidades	742	6	Outras obrigações	329.131	248.382
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	291.557	235.400	Fiscais e previdenciárias (Nota 8 e 9)	17.827	17.410
Aplicações em mercado aberto	291.557	20.215	Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	303.010	224.030
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	215.185	Diversas (Nota 8)	8.294	6.942
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5 e 6)	96.427	87.392	Exigível a longo prazo	5.937	2.312
Carteira própria	3.210	87.392	Outras obrigações	5.937	2.312
Vinculados à prestação de garantias	93.217	-	Fiscais e previdenciárias (Nota 8 e 9)	1.570	712
Outros créditos	306.837	227.002	Diversas (Nota 8)	4.367	1.600
Rendas a receber	304	248	Patrimônio líquido (Nota 12)	366.184	303.648
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	303.269	224.204	Capital social	255.622	195.622
Diversos (Nota 8)	3.264	2.550	De domiciliados no País	255.622	195.622
Outros valores e bens	216	125	Reservas de capital	561	561
Despesas antecipadas	216	125	Reservas de lucros	79.282	78.843
Realizável a longo prazo	5.473	4.417	Lucros acumulados	30.719	28.622
Outros créditos	5.473	4.417	Total do passivo e patrimônio líquido	701.252	554.342
Diversos (Nota 8)	5.473	4.417			
Total do ativo	701.252	554.342			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2010	165.622	561	19.502	87.835	-	273.520
Aumento de Capital (Nota 12)	30.000	-	-	(30.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	30.128	30.128
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	-	1.506	-	(1.506)	-
Em 30 de junho de 2011	195.622	561	21.008	57.835	28.622	303.648
Em 31 de dezembro de 2011	195.622	561	22.518	115.147	-	333.848
Aumento de Capital (Nota 12)	60.000	-	-	(60.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	32.336	32.336
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	-	1.617	-	(1.617)	-
Em 30 de junho de 2012	255.622	561	24.135	55.147	30.719	366.184

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é uma controlada da J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. A estrutura dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. foram aprovadas pela Administração em 16 de agosto de 2012.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(f) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não tem efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2012, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(g) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 291.557 (2011 - R\$ 20.215) e, em 2011, às aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 215.185 realizado com empresas do grupo com vencimento até janeiro de 2012.

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Perdas não realizadas	Valor de mercado 2012	Valor de mercado 2011
Títulos para negociação	96.613	(32)	96.427	87.392
Carteira própria	3.242	(32)	3.210	87.392
• LFT	2.970	-	2.970	87.251
• Ações	272	(32)	240	141
Vinculados a prestação de garantias	93.371	(154)	93.217	-
• LFT	93.371	(154)	93.217	-
Total da carteira de TVM	96.613	(186)	96.427	87.392

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	240	-	2.970	-	-	3.210
Vinculada a prestação de garantias	-	17.020	-	37.794	38.403	93.217
Total da carteira – 2012	240	17.020	2.970	37.794	38.403	96.427
Total da carteira – 2011	141	-	29.068	15.374	42.809	87.392

6. Instrumentos financeiros derivativos - As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo J.P. Morgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O "VaR - Value at Risk" e os cálculos de "stress" são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. Em 30 de junho de 2012 e de 2011, a instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7. Negociação e intermediação de valores

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	51.199	1.067	4.172	934
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	252.044	301.943	220.032	222.956
Outras obrigações por negociação e intermediação	26	-	24	140
Total	303.269	303.010	224.204	224.030

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em "Devedores/credores - Conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações.

8. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.740 (2011 - R\$ 3.735) (Nota 9 (a1)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 4.332 (2011 - R\$ 2.826) (Nota 11). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 16.698 (2011 - R\$ 15.386) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.570 (2011 - R\$ 1.664) (Nota 9 (a2)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 10.838 (2011 - R\$ 6.781), para despesas administrativas no valor de R\$ 914 (2011 - R\$ 891), provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 830 (2011 - R\$ 794) (Nota 9 (a2)).

9. Passivos contingentes e obrigações legais - As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2012	2011	2012	2011
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais ...	3.463	3.478	1.570	1.664
Trabalhistas	31	30	584	567
Outras – taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	246	227	246	227
Total	3.740	3.735	2.400	2.458

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias			Total em 2012	Total em 2011
	Obrigações legais	Trabalhistas	Outras		
Saldo inicial	1.513	563	237	2.313	2.353
Despesas financeiras -					
juros	57	21	9	87	105
Constituições	-	281	-	281	-
Pagamentos	-	(281)	-	(281)	-
Saldo final	1.570	584	246	2.400	2.458

a.3. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Inconstitucionalidade da CSLL Lei nº 7.869/88 e (ii) PIS EC 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, foi constituída provisão sobre pagamento de contribuições previdenciárias sobre salário educação e contribuintes individuais. A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem a imposição de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F. Os advogados externos responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível.

10. Receitas de prestação de serviços - Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&F Bovespa no valor de R\$ 42.312 (2011 - R\$ 39.985) e rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 10.454 (2011 - R\$ 9.635).

11. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos

Demonstração do Resultado - Semestres findos em 30 de Junho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012	2011
Receitas de intermediação financeira	16.350	16.020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.358	16.020
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	16.350	16.020
Outras receitas operacionais	37.484	34.207
Receitas de prestação de serviços (Nota 10)	58.583	53.471
Despesas de pessoal	(13.210)	(11.690)
Outras despesas administrativas (Nota 15 (a))	(1.668)	(2.112)
Despesas tributárias	(4.665)	(4.227)
Outras receitas operacionais	477	396
Outras despesas operacionais (Nota 15 (b))	(2.033)	(1.631)
Resultado operacional	53.834	50.227
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	53.834	50.227
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(21.498)	(20.099)
Provisão para imposto de renda	(12.643)	(11.655)
Provisão para contribuição social	(7.591)	(7.000)
Ativo fiscal diferido	(1.264)	(1.444)
Lucro líquido do semestre	32.336	30.128
Quantidade de ações	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação - R\$	4,28	3,99

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	32.336	30.128
Lucro líquido	32.336	30.128
Varição de ativos e obrigações	(33.148)	(30.144)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(8.246)	(210.152)
(Aumento)/redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos	(3.971)	198.635
Aumento em outros créditos	(162.851)	(3.205)
Aumento em outros valores e bens	(95)	(16)
Aumento em outras obrigações	179.571	8.217
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.556)	(23.623)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(812)	(16)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(812)	(16)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.554	22
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	742	6
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(812)	(16)

tributários são demonstrados como segue:

	2012	2011
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	101	150
Contingências trabalhistas	234	227
Provisão de honorários advocatícios	353	327
Provisão para participação nos lucros	2.218	1.788
RTT	1.414	-
Outros	12	334
Total de créditos tributários - ativo	4.332	2.826

No semestre foi constituído de crédito tributário de R\$ 796 (2011 - R\$ 347) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 2.060 (2011 - R\$ 1.791). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 4.332 é estimada em 61% no 1º ano, 9% no 2º ano, 17% no 3º ano, 1% do 4º ao 7º ano e 3% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.623 (2011 - R\$ 2.210). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2012 e de 2011. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2012	2011
Resultado antes do IR e CSLL – deduzido a participação nos lucros	53.834	50.227
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(21.534)	(20.091)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(34)	(19)
Outros	70	11
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos ...	36	(8)
Total da Despesa de IR e CSLL no semestre	(21.498)	(20.099)

12. Patrimônio líquido - O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal, inscritas e integralizadas pelo Banco J.P. Morgan S.A. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de abril de 2011, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 30.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 30.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de junho de 2011. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 60.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo BACEN em 18 de junho de 2012. A Reserva de Lucros – Estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2009 e poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

13. Fundo de pensão - A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, a Instituição contribuiu com R\$ 348 para o fundo (2011 - R\$ 266).

14. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan)

	2012		2011	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	742	-	6	-
Banco J.P. Morgan S.A.	742	-	6	-